

CAMINHO DAS ÁGUAS: COMUNICAÇÃO, LITERATURA E NARRATIVAS ANTIRRACISTAS

Luciene de Oliveira Dias¹
Elisângela Gomes²

RESUMO

apresenta-se aqui uma perspectiva da comunicação voltada à compreensão dos atos narrativos enquanto estratégia de construção da memória coletiva de grupos subalternizados, mais especificamente mulheres negras. O comportamento corrente dos meios de comunicação em massa transmite e perpetua valores hegemônicos, o que contribui para a sub-representação dos estereótipos negativos atribuídos à população negra. Neste sentido, as escritas chamadas afro-femininas apresentam a possibilidade de construção de atos comunicacionais que fortalecem a luta antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Antirracismo. Memória. Literatura. Afrofeminina. Mulheres negras.

WAY OF WATER: ANTI-RACIST COMMUNICATION, LITERATURE AND NARRATIVES

Abstract

it presents a communication perspective focused on the narrative acts, while the strategy of collective communication of subalternized groups, more specifically, as black women. What is current in the mass media transmits and perpetuates hegemonic values, which contributes to an underrepresentation of negative interests is a black situation. In this sense, afro-feminine writings present a possibility of constructing communicative acts that strengthen the anti-racist struggle.

Keywords: Communication. Anti-racism. Memory. Afro-feminine literature. Black women.

Introdução

A comunicação, enquanto condição humana, aponta para a construção narrativa como uma prática cotidiana. Pensar a narrativa como estratégia de comunicação sinaliza, assim, um passo para compreender a importância de grupos historicamente subalternizados lançarem mão da escrita literária para comunicar suas vivências e encontrar interlocução. O que equivale afirmar, de antemão, que os conhecimentos são múltiplos e devem ser reconhecidos como tal. Esta admissão possibilita o acionamento de zonas relegadas ao esquecimento na construção da memória para que a lembrança possa efetivamente fortalecer o movimento de construção de um futuro digno.

Mulheres negras em geral, dentro do contexto da sociedade brasileira, têm sua identidade construída, desde o período colonial, de modo a subalternizar suas próprias existências. Vale destacar que esta condição é prospectiva, mostrando um movimento do que foi, é e será a mulher negra. Na condição de escravizadas, não tinham direitos civis, políticos ou sociais, desempenhavam trabalhos braçais e serviam de objetos para alimentar apetites sexuais dos senhores.

Essas condições reverberam na atualidade e, muitas vezes, reorientam a forma de existir de todo um grupo socialmente substituído. Embora as mulheres negras sejam 25% da população brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estas

ainda se encontram à margem da sociedade em diferentes esferas e devem trilhar um longo caminho na conquista da chamada cidadania plena.

As estatísticas mais recentes dão conta de que são as mulheres negras que recebem os piores salários no mercado de trabalho, independentemente da função exercida. Dados sobre a escolaridade mostram que, em 2009, 9,9% das mulheres negras entre 18 e 24 anos alcançaram o ensino superior; já as mulheres brancas da mesma faixa etária, no mesmo período, representaram 23,8% das matriculadas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011). Mulheres negras também são as que mais sofrem violência: entre 2003 e 2013 os casos de homicídio envolvendo mulheres negras cresceram 54,2%; enquanto que a taxa de homicídio envolvendo mulheres brancas caiu 9,8% no mesmo período (WASELSELFISZ, 2015).

Opressão e exploração sofridas pelas mulheres negras também estão presentes no campo afetivo: 52,89% das mulheres solteiras no Brasil são negras. É do conhecimento geral que matrimônio não é sinônimo de afetividade, mas há que se considerar que este dado é expressivo, ao passo que o racismo forjou, na população negra, um sentimento de inferioridade, gerando um processo de negação e não expressão de sentimentos e emoções como garantia de sobrevivência. Ou seja, a solidão das mulheres negras também é fonte de estudo.

Se assim se configura a estrutura social brasileira, um dos grandes desafios das mulheres negras é pautar sua existência pelos afetos que lhes foram roubados secularmente. Na intenção de romper com essa condição histórica, propõe-se pensar uma comunicação antirracista. O que implica na compreensão da forma como a comunicação constrói seus discursos.

A perspectiva discursiva utilizada aqui parte da compreensão do pesquisador Van Dijk (2008, p. 135), sendo o “[...] discurso entendido para significar somente um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua, em particular”. Dessa maneira, os meios de comunicação hegemônicos expressam um discurso único que implica na auto-apresentação positiva das elites brancas tendo como premissa a “[...] negação do racismo com a auto-afirmação de tolerância” (VAN DIJK, 2008, p. 169) e na outro-apresentação negativa das minorias étnicas, transmitindo os valores de uma cultura elitizada sub-representando, estereotipando e depreciando a população negra.

Tais discursos conferem “[...] variadas condições para a reprodução e predominância do grupo branco em praticamente todos os domínios sociais, políticos e culturais” (VAN DIJK, 2008, p. 156). A perpetuação desses estigmas nas mídias impede que as diversidades étnico-culturais e de gênero se consolidem enquanto prática social aceita no Brasil e no mundo. É necessário refletir sobre o fortalecimento e a criação de espaços para ecoar as narrativas antirracistas que mais se aproximam da realidade da população negra.

Neste sentido, as mulheres negras se organizam historicamente de diferentes formas em prol da equidade racial e de gênero e pela garantia de direitos. O período da

redemocratização, compreendido pelo início da década de 1980, intensificou a criação e o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) de mulheres. A atuação de mulheres no movimento negro fomentou discussões sobre o sexismo, pautando o lugar que a mulher quer ocupar, não mais aquele imposto pela sociedade patriarcal.

Os movimentos de mulheres negras se mostram decisivos para amplificar as questões que acometem esta parcela da população nacional. Localmente, a ONG Mulheres Negras Dandara no Cerrado marca as ações de combate à violência e discriminação racial no estado de Goiás, na medida em que se constitui como primeiro grupo de mulheres negras. Fundada em Goiânia, no ano de 2002, por Marta Cezária de Oliveira, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade justa, plural, antirracista e antixista, afirmando o direito à cidadania no contexto das ações educativas em gênero, raça, geração de trabalho e renda, moradia, direitos humanos e saúde reprodutiva. A ONG foi pioneira nas discussões de gênero e raça, ampliando a possibilidade de atuação de outros grupos (MULHERES NEGRAS DANDARA NO CERRADO, 2010).

Gênero e raça têm sido utilizados como sistemas de relações sociais que classificam de forma hierárquica indivíduos e grupos sociais. Fundamental destacar que as relações de gênero, dentre os seus diversos usos e apropriações, podem ser entendidas como uma das possibilidades primeiras de dar sentido às relações de poder (SCOTT, 1995).

Até hoje, no Brasil, essas relações são oriundas da ideologia de harmonia racial, que acredita na inexistência de conflito racial no País pelo fato de brancos e negros serem capazes de conviver harmoniosamente. Todavia, tal ideologia começou a ser questionada após o resultado das pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) por volta da década de 1950, que confirmaram a existência do preconceito racial no Brasil (MAIO, 2000).

Preconceito este que se configura como prática social de subordinação de uma raça a partir da atribuição de características negativas e pejorativas para validar outra raça considerada superior dentro de um conjunto de valores. No Brasil esses valores estão alicerçados nos padrões estéticos e culturais do homem branco colonizador.

De acordo com Carneiro (2003, p. 122), “[...] o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social”. O racismo e sexismo aos quais estão submetidas as mulheres negras, desde o período escravocrata, construiu estereótipos que desvalorizam sua estética, cultura e participação social, perpetuando desigualdades que criam barreiras no acesso a direitos e oportunidades. Neste sentido,

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Diante desta reflexão, afirma-se que as ações comunicativas criadas por grupos mi-

noritários são de extrema importância para garantir uma comunicação representativa. Ao apresentar uma realidade vivida em contextos periféricos, além da denúncia de uma narrativa única, propagada pelos meios de comunicação hegemônicos, é possível enxergar a existência de contextos complexos que não se reduzem à marginalidade.

Comunicação pelas águas

A comunicação pela qual se trabalha considera a população negra como produtora de conhecimento e, para isso, é preciso reorientar todos os referenciais e metodologias. A população negra que passou pelo processo diaspórico nas américas antes pertencia ao continente africano. Portanto, toda a carga de ancestralidade, práticas espirituais e religiosas, tradições e costumes garantem a multiplicidade e a complexidade de vivências.

Na travessia atlântica trocas de experiências e de culturas também se estabeleceram e garantiram a manutenção da existência dos valores africanos na diáspora. Sendo assim, não se pode admitir que as narrativas em torno da população negra sejam reduzidas ao processo escravocrata, que conta uma história de desumanização, exploração e violação dos direitos humanos que reverberam até a atualidade, com novos formatos de escravidão.

A narrativa de escravidão que não considera atos de insubmissão e as organizações de enfrentamento à sociedade escravocrata esvazia a subjetividade da experiência africana na diáspora. Uma das possíveis estratégias de organização de mulheres negras no combate a este ideário é a construção de narrativas que partem do compartilhamento de suas experiências.

De forma coletiva, a própria estrutura das famílias negras, historicamente, encarrega-se em reunir mulheres, seja no preparo de alimentos ou no cuidado com os cabelos ou as crianças. Tais práticas proporcionam um encontro para falar sobre as vivências do cotidiano.

Contemporaneamente esses espaços estão sendo ampliados para saraus periféricos e clubes de leitura, que materializam a produção de obras literárias de baixo custo. São versos e rimas carregados de histórias vivenciadas no cotidiano que abordam discussões presentes no campo das relações sociais, como: conflitos socioeconômicos, de gênero, raça/etnia e geracional, que também interferem no campo dos afetos. Diante deste panorama, a busca e afirmação identitária também é um tema recorrente na escrita de mulheres negras.

Assim, apontam-se aqui possibilidades de comunicação que a escrita negra desempenha na produção de sentidos, sobretudo com mulheres negras de origem periférica. Compreende-se que o ato de ler vai além da mera decodificação dos signos linguísticos, é constituído pela junção entre os sujeitos sociáveis com a linguagem sociocognitiva. Esta relação possibilita um contato eficaz com elementos significativos do texto, ou seja, quem acessa a leitura e está em contato direto com as palavras, percebendo o elevado grau de sentido que elas preservam (KOCH; ELIAS, 2008).

Em que pese o distanciamento geográfico, temporal, geracional e socioeconômico, mulheres negras subalternizadas historicamente na periferia podem encontrar, na escrita negra, a possibilidade de resgatar a memória silenciada e, talvez, provocar rupturas essenciais para a construção da dignidade humana.

Para este trabalho se optou pela abordagem qualitativa, uma vez que esta visa compreender um fenômeno sociocultural complexo – que se configura pela insurgência de escritas aqui categorizadas como afrofemininas como possibilidade de construção de atos comunicacionais capazes de acionar a memória na luta antirracista. A abordagem qualitativa é a mais adequada para o tipo de investigação proposta, pois, a partir dela, é possível observar “[...] experiências de indivíduos e grupos que podem estar relacionadas a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia” (FLICK, 2009, p. 8). O tipo de pesquisa foi o estudo de caso, “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2002, p. 57). Para garantir a qualidade e a validade dos resultados, o estudo de caso “[...] utiliza-se sempre mais de uma técnica de coleta de dados. Os resultados obtidos devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos” (GIL, 2002, p. 140).

Como o presente artigo integra uma proposta de construção de dissertação dentro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, prevê-se, como próxima etapa, a análise aprofundada das narrativas literárias produzidas por escritoras negras com a proposta de verificar as estratégias antirracistas.

Literatura enquanto ato de comunicação

A escolha das obras literárias pode estar intimamente ligada a uma necessidade de busca da representação a partir de personagens que possuem uma trajetória de vida que se aproxima da percorrida pelo(a) leitor(a). Compreendendo a construção literária como ato de contar histórias, pode-se estabelecer um vínculo com o entendimento de ato narrativo, proposto nos estudos de Comunicação.

Segundo Martino (2016, p. 44), “[...] ato narrativo trata-se de elaborar um conjunto de enunciados que faça algum sentido em si mesmo dentro de uma perspectiva compreensível a respeito de fenômeno que não estão presentes naquele momento”. Portanto, ao realizar o compartilhamento do simbólico a narrativa propicia um espaço comum entre falantes e ouvintes.

Dessa forma, defende-se uma construção de narrativas antirracistas dispostas a compreender o contexto no qual os falantes estão inseridos, bem como suas origens histórico-culturais, como um caminho para a construção do ato narrativo entre grupos historicamente subalternizados. Conforme Evaristo (2010, p. 136), na literatura negra “[...] há um comprometimento entre o fazer literário do escritor nessa experiência pessoal, singular, única, ele se faz enunciar enunciando essa vivência negra, marcando ideologicamente o seu espaço, a sua presença, a sua escolha por uma fala afirmativa”.

O contato com uma leitura representativa tem o potencial de despertar a consciência social, conduz à criação de espaços de escuta e fala, ampliando suas possibilidades de questionar e transformar contextos. É importante lembrar que a “[...] leitura precede a palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (FREIRE, 1994, p. 11).

Neste sentido, a comunicação, em sua produção simbólica, impacta a geração de

sentidos e as identidades. Segundo Hall (2005, p. 88), a formação da identidade para pessoas que atravessaram fronteiras no processo diaspórico “[...] retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado”. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias pelas quais foram marcadas.

No tangente às narrativas, estas estão “[...] ligadas aos sistemas classificatórios dos grupos e indivíduos que narram. Toda narrativa traz, inscrita em si, as marcas do contexto em que são produzidas” (MARTINO, 2016, p. 45). Sendo assim, ao reproduzir realidades balizadas em padrões hegemônicos, exclui-se a maior parte da população, que não corresponde aos padrões impostos. O fato de não se ver representado muitas vezes se reflete em tentativas frustrantes de alcançar este ideário; mas também pode ser mola propulsora para insurgir uma comunicação representativa através de práticas engajadas na criação de uma nova linguagem (HOOKS, 2013).

A literatura negra surge no contexto de enfrentamento ao ideário de democracia racial buscando o fortalecimento da identidade cultural. Essa escrita negra, de autorrepresentação, confere o lugar de sujeito, protagonista da sua história, e não mais de objeto, forma como até então as personagens negras vinham sendo representadas na literatura brasileira.

Segundo Martino (2016, p. 43), “[...] o ato de narrar é sobretudo uma forma de conhecimento e compreensão da realidade”, assim, refletir a realidade traz para a superfície, narrativas construídas pelo vivido e, conseqüentemente, (re)escreve uma nova história. De acordo com Evaristo (2010, p. 135), “a literatura negra apresenta um forte teor ideológico, pelo fato de lidar, de tomar como pano de fundo e de eleger como sua temática a história do negro, a sua inserção e as relações étnicas da sociedade brasileira”.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se à ‘memória oficial’, forjada pelos grupos dominantes conduzindo os grupos étnicos minoritários ao silêncio e à renegação de si mesmos (POLLAK, 1989).

A literatura extrapola em muito as questões estéticas e alcança a preocupação com as relações humanas. Esta característica faz com que a literatura desempenhe uma função social e ideológica, como estabelecido por Candido (2006). Assim, a construção narrativa faz importante referência à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, pois nela estão presentes elementos histórico-culturais que auxiliam e influenciam na formação da identidade social e cultural.

Até por sua complexidade e multiplicidade inerentes, narrativas literárias representam, de forma imponente, lugares de memória e de esquecimento, de poder e de silêncios. Elas efetivamente legitimam, guardam e promovem memórias identitárias, que tanto podem atuar hierarquizando culturas e identidades quanto contribuindo para colocar em circulação representações alternativas sobre diferentes grupos sociais, étnico-raciais e culturais.

O esquecimento, enquanto perda irreparável da memória, precisa de reconhecimento para que possa ser traduzido e atualizado. De acordo com Augé (2001), algumas lem-

branças permanecem escondidas na memória à espera de uma tradução. A proposta para o desenvolvimento da presente pesquisa é buscar autoridade para alcançar traduções outras.

A literatura, segundo Candido (2006, p. 29) “[...] produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Esta função é incorporada principalmente na literatura afrofeminina, quando almejamos uma representação coerente com a vivência de mulheres negras que não está reduzida à condição de subserviência. Para Silva (2010, p. 92),

a literatura afro-feminina é uma produção de autoria de mulheres negras que se constitui por temas comprometidos com estratégias políticas civilizatórias e de alteridades, circunscrevendo narrativas de negritudes femininas/feminismos por elementos de memórias ancestrais, de tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico e de experiências vividas, positiva e negativamente, como mulheres negras.

Nesse sentido as narrativas negras se tornam tradutoras de uma cultura, de um modo de ser a partir do vivido. Essa poética, segundo Dejour (2013), rememora o continente africano, denuncia o reflexo da escravidão na diáspora, mas, sobretudo apresenta estratégias de sobrevivência que estão justamente relacionadas aos princípios básicos da afrocentricidade (ASANTE, 2009).

Afrocentricidade que situa a população negra no centro das discussões nos processos históricos de produção do conhecimento e de saberes, da valorização cultural e de elementos pertencentes à memória e ancestralidade antes do processo da escravidão.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, integra-se em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades (POLLAK, 1989, p. 7).

Quando as mulheres negras conseguem acessar lugares de fala e escrita apresentam reflexões que questionam e ressignificam o sentido de pertencimento, vivido pela “[...] experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)” (BAIROS, 1995, p. 459). A tomada da palavra estabelece um ato comunicativo pela experiência pessoal e permite, às mulheres negras, tomarem posse de uma base de conhecimento a partir da qual pode falar. O ato de contarem histórias sobre si mesmas fortalece a comunidade de aprendizagem e a memória coletiva.

Considerações

A proposta de articular literatura e comunicação para propor a construção de narrativas antirracistas parte da premissa da falta de visibilidade midiática das questões raciais. Ao se pensar o ato narrativo como uma categoria possível para compreender esta complexidade se alcança um lugar de diálogo e emancipação da população negra, reorientando os modos de produção de comunicação.

A literatura negra, enquanto um constructo social, carrega um valor ideológico contra-hegemônico, ao passo que denuncia o racismo e apresenta outras possibilidades narrativas sobre a presença negra na diáspora.

ra. Dessa maneira, possibilita o acionamento de memórias coletivas. Destaca-se que este acionamento mantém um caráter profundamente prospectivo, uma vez que pode modificar trajetórias contemporâneas e ainda reorientar gerações futuras para o caminho do respeito às diferenças.

No campo das relações sociais a memória coletiva se configura ao “[...] definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3). Dessa forma, as considerações iniciais acerca da temática da pesquisa envolvem o reconhecimento de coletividades acionadas a partir de pertencimentos étnico-raciais e de gênero. Ou seja, estabelecidas as comunidades de aprendizagem, espera-se verificar um movimento crescente e definitivo de afirmação identitária e autorreconhecimento. Conseqüentemente, uma mudança nas formas de representação midiáticas para uma visão humanizada de respeito às trajetórias étnico-raciais.

Percebe-se, neste contexto, uma imagem visual capaz de executar uma tradução das estratégias de (sobre)vivência enraizadas na ancestralidade africana que estavam no entre meio do processo de produção das memórias e dos esquecimentos. Esse mecanismo tem o potencial de trazer para o campo da lembrança as conexões necessárias para que mulheres negras sejam fortalecidas em sua existência plural.

1. Luciene de Oliveira Dias

Doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB (2011)

Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Professora Adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás

2. Elisângela Gomes

Mestranda em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012).

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

AUGÉ, Marc. **As formas do esquecimento**. Almada: Íman Ed., 2001.

BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (Org.). **Dossiê Mulheres Negras**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 3 n. 3, p. 458-463, 1995.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

DEJAIR, Dionísio. **Ancestralidade bantu na literatura afro-brasileira**: reflexões sobre o romance “Ponciá Vicêncio”, de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Nadyala, 2013.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. v. 1. p. 132-142.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distribuição da população brasileira por sexo e cor/raça**. Brasília, DF: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília, DF: IPEA, 2011.

KOCH, Ingdore Villaça; ELIAS, Maria V. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco**: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. Revista USP, São Paulo, n. 46, p. 115-128, ago. 2000.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **De um eu ao outro**: narrativa, identidade e comunicação como alteridade. Revista Parágrafo, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 41-49, 2016.

MULHERES NEGRAS DANDARA NO CERRADO. **Histórico da Dandara no Cerrado**. 2010. Disponível em: <<http://mulheresnegrasdandaranocerrado.blogspot.com.br/2010/11/historico-da-dandara-no-cerrado.html>>. Acesso em: 20 de maio 2018.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ana Rita Santiago da. **Da literatura negra à literatura afro-feminina**. Via Atlântica, São Paulo, n° 18, dez. 2010. p. 91-101.

VAN DIJK, Teun. Discurso e racismo. In: VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 133-196.

WASELFISZ, Julio Jacobo. MAPA DA VIOLÊNCIA 2015. **Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília. DF: FLACSO, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2018.